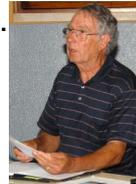


Sem apoio comunitário poderá não haver Casa da Cultura

Escrito por

Quarta, 06 Julho 2011 15:15 -

No período dedicado à intervenção do público (apenas duas pessoas presentes) na assembleia de freguesia, Joaquim Madeira recordou um assunto abordado na última assembleia municipal. Disse que segundo Pedro Ferreira, a câmara municipal vai anunciar cortes nalguns investimentos previstos que não são financiados por apoios comunitários.



Nesse sentido, apelou que todos os presidentes de Junta se reunissem com a edilidade para definir quais são as obras prioritárias e aquelas onde se pode cortar. “A Câmara não deve tomar uma decisão sem ouvir as juntas de freguesia”, afirmou.

João Cardoso estava prevenido: “Não vou ser apanhado de surpresa porque estou ao corrente do que não vai ser feito em Riachos. Não sou assim tão passarinho! Não estão previstas grandes obras, por isso não vamos sofrer grandes cortes”.

O presidente disse ainda estar tranquilo em relação à conclusão do centro escolar, “mas não posso dizer o mesmo em relação à Costa Brava e à Casa da Cultura. Segundo Cardoso, a Costa Brava só deve avançar em 2012 e no que diz respeito à Casa da Cultura, “a Câmara está a fazer um esforço para que seja participada. Se não for, já tenho dúvidas se será construída”.

Junta pediu avisos sonoros para estação mas Refer não responde

A propósito de mais uma morte na estação do Entroncamento no passado dia 12 de Junho, João Cardoso recordou que a estação de Riachos continua sem condições de segurança, apesar dos diversos apelos à Refer. O último data já de 2 de Novembro de 2010, mas ainda não chegou qualquer resposta à caixa do correio da autarquia.

Nesse documento, e depois da Refer ter admitido que as obras de renovação entre Mato Miranda e o Entroncamento foram suspensas pelo PEC, a Junta de Freguesia solicitava a instalação de sinais sonoros de aviso da aproximação de comboios até que se construísse uma passagem aérea, mesmo que provisória. “Continuamos na desgraça”, lamentou Cardoso.

Ninguém sabe o que fazer com o armazém

No período antes da ordem do dia, Pereira Jorge colocou algumas questões à junta. Numa delas, perguntou quanto é que vai ser retirado o lixo do armazém que ardeu na rua Menino Deus, há mais de um ano, sendo um caso sério de afronta à saúde pública.

A resposta oficial foi repetida pela terceira vez consecutiva em assembleia: “A Junta não pode lá mexer e a Câmara diz que tem que ser a Polícia Judiciária a dar autorização”, disse João Cardoso.

No entanto, um morador explicou que um dia depois do incêndio, a Polícia Judiciária tinha autorizado o proprietário a retirar todos os escombros. “Eu ouvi”, esclareceu. A ser verdade, a responsabilidade está atribuída. N.M.